



	PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--	--

PREGÃO ELETRÔNICO

26/2023

CONTRATANTE (90014)

Justiça Federal de Primeiro Grau – Seção Judiciária do Espírito Santo
Código UASG: 90014
CNPJ: 05.424.467/0001-82
Site: www.jfes.jus.br
Seção de Licitações – Fone: (27) 3183- 5105/5094 (de 12 as 19h)
E-mail: pregoeiro@jfes.jus.br

OBJETO

Aquisição de material elétrico

DATA E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 07/12/2023 às 13h (horário de Brasília)

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras

CÓDIGO UASG: 90014

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 72.966,44

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR GRUPO E POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO/FECHADO

EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

Até dia 04/12/2023 para o endereço eletrônico pregoeiro@jfes.jus.br



JFESEOF202300340V01



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.

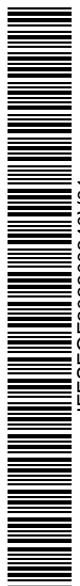
Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>

SIGA

<p>PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES</p>

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
8. DOS RECURSOS	18
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
11. DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO	23
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	24



<p>PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES</p>
--

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2023

Processo nº. JFES-EOF-2023/00340

Torna-se público que a JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO, por meio da Seção de Licitações, sediada na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1.877, Monte Belo, Vitória/ES, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 07/12/2023 às 13h (horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras
Código UASG: 90014

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de material elétrico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, e em item, conforme tabela constante do Anexo 2 – Especificações Técnicas, deste Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem o grupo.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por grupo e por item, conforme o caso, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.



	PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--	--

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto nos itens anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolarem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

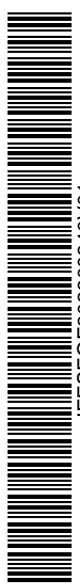
2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.4.1. O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela



	PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--	--

aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.9. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).



 PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--

2.11. A vedação de que trata o item 2.6.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição:

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;



 PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--

3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade das declarações de que trata os itens 3.3 e 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



JFESEOF202300340V/01



 <p>PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES</p>
--

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Preço unitário por item, conforme tabela do Anexo 2 – Especificações Técnicas, deste Edital;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Descrição sucinta do objeto.

4.1.3.1. Não é necessária descrição detalhada do objeto quando do registro da proposta no sistema, considerando que o licitante já declarou que sua proposta está de acordo com as condições do Edital. A proposta completa e detalhada deverá ser anexada e enviada no sistema após a fase de lances, conforme previsto na cláusula 6 deste edital.

4.1.3.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



JFESEOF202300340V/01



 PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

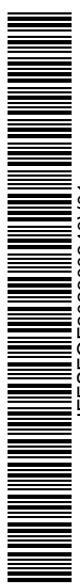
5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



	PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--	--

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo preço unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Neste pregão eletrônico, o envio de lances será no modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.14. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.15. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.



	PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--	--

5.16. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.23.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.23.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.23.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.23.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.23.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



	PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--	--

5.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.23.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.23.2.2. empresas brasileiras;

5.23.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.23.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.24.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.24.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.24.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada.

5.24.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.25. Após a fase de lances, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de envio de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e na cláusula 2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;



	PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--	--

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, no site <https://contas.tcu.gov.br/ords>;

6.1.4. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 6.1.2 e 6.1.3 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidores-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

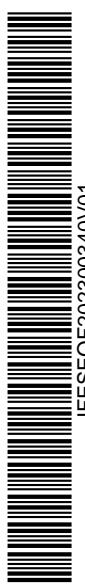
6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.4 deste Edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. O licitante classificado em primeiro lugar enviará, via sistema Compras.gov, sua proposta adequada ao último lance ofertado e os documentos complementares, esse último, se necessário, no prazo de até **02 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período.



 <p>PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES</p>
--

6.7.1. A prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

6.7.1.1. por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;

6.7.1.2. de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital.

6.8. A proposta de preço, solicitada conforme item anterior, deverá conter:

6.8.1. Preços unitário e total do item.

6.8.2. Preço global do Grupo de Item, quando se tratar de grupo.

6.8.3. Marca e modelo do material, esse último, se for o caso.

6.8.4. Prazo de garantia de, no mínimo, 09 (doze) meses, contado a partir do recebimento definitivo. Caso não apresente o referido prazo, será considerada oferta de garantia de 09 (nove) meses, conforme cláusula 6 do Anexo 1 – Termo de Referência, deste Edital.

6.8.5. Preferencialmente: nome, número do banco, da agência e da conta corrente do licitante.

6.8.6. Preferencialmente: nome, número de identidade, do CPF e telefone de pessoa para assinar o contrato, ata de registro de preço ou responsável para recebimento da nota de empenho, conforme o caso.

6.9. Será desclassificada a proposta melhor classificada que:

6.9.1. contiver vícios insanáveis;

6.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação, conforme Anexo 03 – Planilha Demonstrativa de Preços;

6.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



 PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--

6.10.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.10.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.10.1.2. inexistentem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Erros no preenchimento da proposta e sua planilha, se houver, não constituem motivo para a desclassificação do licitante, podendo ajustá-las, no prazo indicado pelo pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de erros de que tratam os [arts. 41 e 42 da IN 73/2022](#), o seu reinício somente poderá ocorrer mediante prévio aviso no sistema com, no mínimo, 24 horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada por meio do SICAF, nos seguintes documentos por ele abrangidos:

7.1.1. habilitação jurídica;



 <p>PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES</p>
--

7.1.2. habilitação fiscal, social e trabalhista federal [Receita Federal e PGFN; FGTS e Trabalhista (<https://www.tst.jus.br/certidao>)];

7.2. Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.4. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados e válidos no Sicaf deverão ser enviados pelo licitante cuja proposta seja a mais bem classificada, por meio do sistema Compras.Gov, **no prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período.

7.5.1. A prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

7.5.1.1. por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;

7.5.1.2. de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital.

7.6. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante cuja proposta seja a mais bem classificada.

7.6.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).



 PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--

7.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10. Decorrido o prazo de entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.11. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.12. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de erros de que tratam os [arts. 41 e 42 da IN 73/2022](#), o seu reinício somente poderá ocorrer mediante prévio aviso no sistema com, no mínimo, 24 horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.13. Se o licitante cuja proposta seja a mais bem classificada não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluída a fase de análise desses documentos.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.16. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.



	PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--	--

7.17. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.17.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.18. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. Qualquer licitante poderá, durante prazo concedido pelo pregoeiro na sessão pública, **prazo esse não inferior a 10 minutos**, de forma imediata, após o término do julgamento da proposta e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema Compras.Gov, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

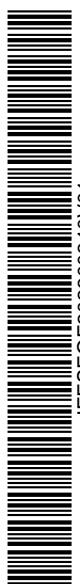
8.2.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único e encaminhados em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data da lavratura da ata da sessão pública.

8.2.2. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a Direção do Foro da JFES, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.2.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data da divulgação da interposição do recurso.

8.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



	PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--	--

- 8.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.6. Os recursos serão decididos pela Direção do Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo.
- 8.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, que poderá ser requisitada no e-mail: pregoeiro@jfes.jus.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. As infrações, as sanções, bem como o procedimento de apuração de responsabilidade e de aplicação de sanções no âmbito das licitações e contratações da Justiça Federal do Espírito Santo são regulamentadas pela Ordem de Serviço nº JFES-ODF-2023/00003, de 29 de março de 2023.

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



 PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--

9.4. Fixada a pena-base, com fundamento nos artigos 3º, 4º e 8º, aplicam-se as hipóteses das seguintes agravantes e atenuantes estabelecidas conforme artigos 13 e 14, todos da Ordem de Serviço Ordem de Serviço nº JFES-ODF-2023/00003.

9.5. A aplicação das sanções requererá a instauração de processo de responsabilização e será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6. No caso das sanções de impedimento e/ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o processo deverá ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo mencionado no parágrafo anterior, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.7. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar com a União caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação da decisão.

9.8. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.10. Comete infração administrativa o licitante que praticar qualquer das condutas previstas no art. 155 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, sujeitando-se às penalidades previstas a seguir, além da penalidade de multa, quando cabível:

9.10.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame: impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de 1 (um) a 6 (seis) meses;

9.10.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de 1 (um) a 6 (seis) meses.

9.10.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses;

9.10.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos fraudar a licitação;



 PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--

9.10.5. fraudar a licitação: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

9.10.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.10.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

9.10.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

9.10.9. dar causa à inexecução parcial do contrato: advertência;

9.10.10. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à JFES, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de 6 (seis) a 24 (vinte e quatro) meses;

9.10.11. dar causa à inexecução total do contrato: impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de 6 (seis) a 24 (vinte e quatro) meses;

9.10.12. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de 6 (seis) a 12 (doze) meses;

9.10.13. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de 6 (seis) a 12 (doze) meses;

9.10.14. praticar ato fraudulento na execução do contrato: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

9.10.15. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;



 PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--

9.10.16. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos poderá ser substituída pela sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição daquela penalidade mais grave.

9.12. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a União poderá ser substituída pela sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.13. A advertência poderá ser aplicada em caso de inexecução parcial de obrigação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da cumulação com multa.

9.14. A multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas nos itens abaixo, conforme tipificação, percentual e base de cálculo seguintes, **recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias**, a contar da comunicação oficial.

9.14.1. dar causa à inexecução parcial do contrato: multa de 10% (dez por cento) a 20% (dez por cento), sobre a obrigação inadimplida;

9.14.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à JFES, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

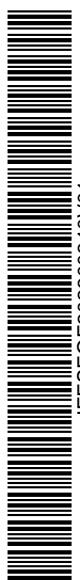
9.14.3. dar causa à inexecução total do contrato: multa de 10% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

9.14.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 2% (dois por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato;

9.14.5. apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato: multa de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato;

9.14.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 16% (dezesseis por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

9.14.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 21% (vinte e um por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, e



	PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--	--

9.14.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013: multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

9.15. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.16. O atraso injustificado na execução do objeto ou contrato sujeitará o contratado à multa de mora, calculada cumulativamente no percentual de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação cumprida com atraso, devendo ser aplicado sempre o valor mínimo de 0,5% do total do contrato, previsto no §3º do art. 156, da Lei 14.133, de 2021.

9.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não impedirá que a Administração promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções, e não excluirá a obrigação de reparação integral do dano causado.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimentos sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.1.1. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser enviados para o e-mail: pregoeiro@jfes.jus.br.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

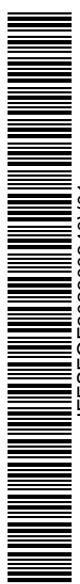
10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

11.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para acusar o recebimento da nota de empenho, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.



	PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES
--	--

11.2. O prazo acima poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.3. Previamente à formalização da nota de empenho, a Administração verificará do licitante vencedor:

11.3.1. regularidade fiscal;

11.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep);

11.3.3. certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

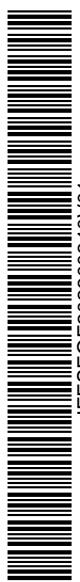
12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



	<p>PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES</p>
---	--

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e <https://www.jfes.jus.br/transparencia-publica/licitacoes/>.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 12.11.2. ANEXO II – Especificações Técnicas
- 12.11.3. ANEXO III – Planilha Demonstrativa de Preço

Vitória, 22 de novembro de 2023.

JULIANA SILVA PRADO LUCHI
SUPERVISORA - SEÇÃO DE LICITAÇÕES






PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877 - Monte Belo - CEP 29053.245 - Vitória (ES)

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

01. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

- 1.1. Aquisição de material elétrico, de acordo com especificações e características discriminadas no Anexo II – Especificação dos Materiais, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

02. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

- 2.1. A contratação está fundamentada na necessidade de preservar os prédios da SJES em bom estado de conservação, proporcionando o conforto e a segurança primordiais tanto aos servidores quanto aos demais usuários dos prédios. Para tal objetivo é necessária a aquisição de diversos materiais de consumo.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023.

03. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS:

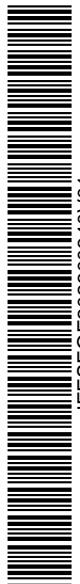
- 3.1. Tendo em vista o ciclo de vida dos materiais, foi verificado o consumo dos últimos exercícios com o objetivo de se buscar a quantidade que represente o ponto de equilíbrio entre necessidade e utilização desses materiais, com vistas, por um lado, a não haver desperdício por questão de vencimento dos mesmos, e por outro lado, a não haver falta de material para a realização de manutenção.

04. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 4.1. Sustentabilidade:
 - 4.1.1. A aquisição dos materiais listados, dentre outras medidas, tem como objetivo, acima de tudo, promover a manutenção dos diversos prédios da SJES, no sentido de não haver necessidade, com o passar do tempo, de uma grande reforma ou mesmo a construção de novos prédios para substituir os atuais. Sendo assim, essa diretriz é uma prática de sustentabilidade na medida em que, não havendo manutenção dos citados prédios, estes se deteriorarão rapidamente (o que não é desejável do ponto de vista sustentável) e todo o investimento realizado nos mesmos será perdido.
 - 4.1.2. Além disso, na busca por produtos elétricos mais sustentáveis, foram observados os seguintes aspectos:



JFESEOF202300340V01



JFESEOF202300340V01



Assinado com senha por RAYVO DA SILVA ALVES ARAUJO - 10/11/2023 às 16:47:42.
Documento Nº: 3901379.34541807-9998 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3901379.34541807-9998>

SIGA 



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.
Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>

SIGA 



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIAIRIA DO ESPÍRITO SANTO

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877 - Monte Belo - CEP 29053.245 - Vitória (ES)

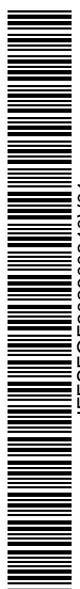
- Eficiência energética: optamos por produtos que sejam energeticamente mais eficientes, resultando na redução do consumo de energia dos custos associados.
- Descarte responsável: consideramos a facilidade de descarte e reciclagem dos materiais elétricos ao final de sua vida útil.
- Vida útil: avaliamos a durabilidade do produto, pois materiais elétricos de alta qualidade geralmente têm uma vida útil mais longa, reduzindo a necessidade de substituição frequente.
- Consumo: foi verificado o consumo dos últimos exercícios com o objetivo de se buscar o ponto de equilíbrio entre necessidade/utilização dos materiais.
- Inovações tecnológicas: foram observadas eventuais inovações no mercado fornecedor, de forma a tornar os produtos mais eficientes e sustentáveis.
- Prevenção de desperdício: observa-se o ciclo de vida dos produtos com vistas a evitar desperdício de materiais por não utilização dos mesmos.
- Indicadores PLS: nenhum material neste processo de aquisição impactará negativamente nos indicadores monitorados pelo PLS.

05. EXECUÇÃO DO OBJETO:

- 5.1. A entrega das mercadorias na quantidade total estabelecida na Nota de Empenho ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento pela CONTRATADA da convocação expressa encaminhada pela CONTRATANTE juntamente com a Nota de Empenho.
- 5.2. O prazo máximo para substituição das mercadorias que não atenderem às especificações do Termo de Referência será de 10 (dez) dias corridos, contados da data da comunicação pela CONTRATANTE, da necessidade de substituição das mesmas. Decorrido esse prazo e não havendo a devida substituição das mercadorias, serão aplicadas as penalidades legais cabíveis.
- 5.3. Se a CONTRATADA, eventualmente, já estiver em mora quando da entrega, o prazo de 10 (dez) dias citado no Subitem 5.2 será computado para fins de apuração de eventual aplicação de multa moratória.
- 5.4. O dia e horário para entrega das mercadorias deverão ser agendados previamente com a Seção de Material, através dos telefones: (27) 3183.5004 e 3183.5143, das 13:00 as 18:00 horas. O endereço para a entrega é o seguinte: Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1877, Bairro Monte Belo, CEP 29053.245, Vitória (ES).
- 5.5. Quando da entrega das mercadorias, de posse da Nota de Empenho, a Seção de Material fará o seu RECEBIMENTO PROVISÓRIO por meio de Certidão de Recebimento nos autos, representando este ato a conferência da marca, do valor unitário e do quantitativo dos produtos entregues pela CONTRATADA.



JFEEOF202300340V01



JFEEOF202300340V01



Assinado com senha por RAYVO DA SILVA ALVES ARAUJO - 10/11/2023 às 16:47:42.
Documento Nº: 3901379.34541807-9998 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3901379.34541807-9998>

SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.
Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877 - Monte Belo - CEP 29053.245 - Vitória (ES)

- 5.6. Caso reste comprovado que as marcas e modelos cotados são inferiores àqueles indicados como referência, a CONTRATADA será notificada e deverá apresentar produto alternativo a ser aprovado pela Administração.
- 5.7. Independentemente das marcas cotadas pela licitante vencedora em sua proposta, serão aceitas as marcas indicadas nos Itens como referência no Anexo II – Especificação dos Materiais.
- 5.8. Caso a CONTRATADA necessite fornecer material de marcas diferentes das cotadas ou das indicadas como referência, deverá, necessariamente, consultar a Administração, comprovando ocorrência de fato superveniente, alheio à sua vontade, que demonstre a impossibilidade de cumprimento da avença nos termos inicialmente pactuados.
- 5.9. A aceitação das mercadorias é condição essencial para o RECEBIMENTO DEFINITIVO das mesmas, que será realizado pela Seção de Manutenção, através da declaração de "Atesto" nos autos do Processo.

06. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

- 6.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 9 (nove) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 6.2. A garantia será prestada com vistas a manter os bens/equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a CONTRATANTE.
- 6.3. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 6.4. Uma vez notificada, a CONTRATADA realizará a substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da comunicação à CONTRATADA pela CONTRATANTE.
- 6.5. O prazo indicado no Subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, apresentada durante o seu transcurso, e, desde que aceita pela CONTRATANTE, que fará sua avaliação de forma fundamentada.
- 6.6. Na hipótese do Subitem acima, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela CONTRATANTE, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 6.7. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a



JFESEOF202300340V01



JFESEOF202300340V01



Assinado com senha por RAYVO DA SILVA ALVES ARAUJO - 10/11/2023 às 16:47:42.
Documento Nº: 3901379.34541807-9998 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3901379.34541807-9998>

SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.
Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877 - Monte Belo - CEP 29053.245 - Vitória (ES)

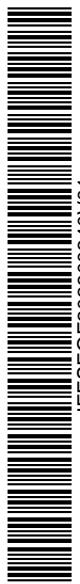
- exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 6.8. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.
- 6.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado do prazo de vigência do contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

07. GESTÃO DO CONTRATO:

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor do contrato, ou pelo respectivo substituto, tomando por base a Ordem de Serviço JFES-ODF-2023/00002.
- 7.6. O gestor do contrato acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.6.1. O gestor do contrato registrará todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor do contrato emitirá notificações para a correção da execução do mesmo, determinando prazo para a correção.
- 7.6.3. O gestor do contrato informará a seu superior hierárquico, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que se adotem as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor do contrato comunicará o fato imediatamente a seu superior hierárquico.



JFEEOF202300340V01



JFEEOF202300340V01



Assinado com senha por RAYVO DA SILVA ALVES ARAUJO - 10/11/2023 às 16:47:42.
Documento Nº: 3901379.34541807-9998 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3901379.34541807-9998>

SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.
Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877 - Monte Belo - CEP 29053.245 - Vitória (ES)

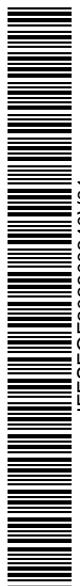
- 7.7. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pela CONTRATANTE.
- 7.8. Para as sanções administrativas serão levadas em conta a legislação federal que rege a matéria concernente às licitações e contratos administrativos e as disciplinas normativas no âmbito da Seção Judiciária do Espírito Santo.

08. LIQUIDAÇÃO:

- 8.1. Recebida a Nota Fiscal ou o documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Artigo 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
 - 8.1.1. O prazo de que trata o Subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o Inciso II do Artigo 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - a) o prazo de validade;
 - b) a data de emissão;
 - c) os dados do contrato e da CONTRATANTE;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobreposta até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.
- 8.4. A Nota Fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Artigo 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 8.4.1. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



JFESEOF202300340V01



JFESEOF202300340V01



Assinado com senha por RAYVO DA SILVA ALVES ARAUJO - 10/11/2023 às 16:47:42.
Documento Nº: 3901379.34541807-9998 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3901379.34541807-9998>

SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.
Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>

SIGA



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877 - Monte Belo - CEP 29053.245 - Vitória (ES)

- 8.4.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 8.5. Antes da liquidação da despesa, o servidor competente dará ATESTO na Nota Fiscal/Fatura, declarando que os materiais foram recebidos e aceitos.

09. PAGAMENTO:

- 9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme Item anterior.
- 9.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.
- 9.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.4.1. A CONTRATANTE verificará se a CONTRATADA consta/permanece inscrita no Simples Nacional através de consulta ao portal do Simples Nacional para fins de cumprimento do disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 (alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1540, de 05 de janeiro de 2015), sem prejuízo de a CONTRATADA informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração de sua permanência no Simples Nacional. Caso não se confirme a permanência da CONTRATADA no Simples Nacional, esta ficará sujeita à retenção de impostos e contribuições, de acordo com a referida Instrução Normativa.
- 9.5. A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.
- 9.6. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula:

$$\boxed{EM = N \times VP \times I}$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

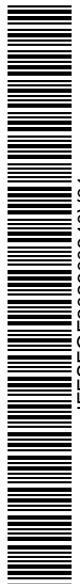
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:



JFESEOF202300340V01



JFESEOF202300340V01



Assinado com senha por RAYVO DA SILVA ALVES ARAUJO - 10/11/2023 às 16:47:42.
Documento Nº: 3901379.34541807-9998 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34541807-9998>

SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.
Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIAIRIA DO ESPÍRITO SANTO

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877 - Monte Belo - CEP 29053.245 - Vitória (ES)

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

10.1. O valor estimado da contratação consta no Anexo III – Pesquisa de Preços, anexada a este Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

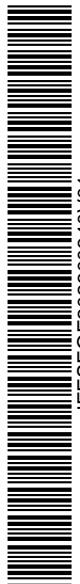
Vitória (ES), 10 de novembro de 2023.

Rayvo da Silva Alves Araujo
Supervisor da Seção de Manutenção

Carlos Chaves Damásio
Diretor da Divisão de Infraestrutura



JFESEOF202300340V01



JFESEOF202300340V01



Assinado com senha por RAYVO DA SILVA ARAUJO - 10/11/2023 às 16:47:42.
Documento Nº: 3901379.34541807-9998 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3901379.34541807-9998>

SIGA ➔



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.
Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>

SIGA ➔



ANEXO II - ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	MARCA REFERÊNCIA	UN.	QTD.	
GRUPO DE ITENS 01 - ABRAÇADEIRAS E TERMINAIS						
1	Abraçadeira em nylon 155 x 3,6 mm - Cor branca	407993	FRONTEC	PÇ	1000	
2	Abraçadeira em nylon 200 x 2,6 mm - Cor branca	440663	FRONTEC	PÇ	1000	
3	Abraçadeira em nylon 230 x 4,8 mm - Cor branca	317768	FRONTEC	PÇ	1000	
4	Abraçadeira em nylon 275 x 4,7 mm - Cor branca	317761	FRONTEC	PÇ	1000	
5	Abraçadeira em nylon 340 x 4,8 mm - Cor branca	366969	FRONTEC	PÇ	1000	
6	Terminal tipo garfo pré-isolado em cobre estanhado p/ cabo 2,5 mm ²	339006	INTELLI	PÇ	400	
7	Terminal tipo agulha pré-isolado em cobre estanhado p/ cabo 2,5 mm ²	339003	INTELLI	PÇ	400	
8	Terminal olhal pré-isolado em cobre estanhado p/ cabo 2,5 mm ²	458560	INTELLI	PÇ	400	
9	Terminal olhal pré-isolado em cobre estanhado p/ cabo 10 mm ²	458558	INTELLI	PÇ	400	
GRUPO DE ITENS 02 - TUBOS TERMOCONTRÁTEIS						
10	Tubo termocontrátil de baixa tensão - Cor: preta - Diâmetro a frio 10 mm	359526	HELLERMANN TERMOTUBOS FRONTEC	MT	10	
11	Tubo termocontrátil de baixa tensão - Cor: preta - Diâmetro a frio 15 mm	359528	HELLERMANN TERMOTUBOS FRONTEC	MT	10	
12	Tubo termocontrátil de baixa tensão - Cor: preta - Diâmetro a frio 20 mm	359516	HELLERMANN TERMOTUBOS FRONTEC	MT	10	
GRUPO DE ITENS 03 - CABOS						
13	Cabo singelo em cobre eletrolítico antichama livre de halogênio sem capa/cobertura - 1,5 mm ² - 750V - branco - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	239697	INDUSCABOS CORFIO PRYSMIAN	MT	500	
14	Cabo singelo em cobre eletrolítico antichama livre de halogênio sem capa/cobertura - 2,5 mm ² - 750V - preto - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	321108	INDUSCABOS CORFIO PRYSMIAN	MT	1000	
15	Cabo singelo em cobre eletrolítico antichama livre de halogênio sem capa/cobertura - 2,5 mm ² - 750V - azul - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	327199	INDUSCABOS CORFIO PRYSMIAN	MT	500	
16	Cabo singelo em cobre eletrolítico antichama livre de halogênio sem capa/cobertura - 2,5 mm ² - 750V - verde - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	248263	INDUSCABOS CORFIO PRYSMIAN	MT	500	
17	Cabo singelo em cobre eletrolítico antichama livre de halogênio sem capa/cobertura - 4,0 mm ² - 750V - preto - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	243944	INDUSCABOS CORFIO PRYSMIAN	MT	500	
18	Cabo singelo em cobre eletrolítico antichama livre de halogênio sem capa/cobertura - 4,0 mm ² - 750V - azul - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	237830	INDUSCABOS CORFIO PRYSMIAN	MT	600	
19	Cabo singelo em cobre eletrolítico antichama livre de halogênio sem capa/cobertura - 4,0 mm ² - 750V - verde - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	237829	INDUSCABOS CORFIO PRYSMIAN	MT	600	
20	Cabo de cobre eletrolítico tipo PP flexível - 2 x 1,5 mm ² - 0,6/1kv - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	296595	INDUSCABOS CORFIO PRYSMIAN	MT	200	
21	Cabo de cobre eletrolítico tipo PP flexível - 3 x 2,5 mm ² - 0,6/1kv - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	300371	INDUSCABOS CORFIO PRYSMIAN	MT	1900	
22	Cabo de cobre eletrolítico tipo PP flexível - 3 x 4,0 mm ² - 0,6/1kv - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	329602	INDUSCABOS CORFIO PRYSMIAN	MT	1200	
GRUPO DE ITENS 04 - LÂMPADAS						
23	Lâmpada LED bulbo - Potência nominal entre 19 watts e 20 watts - Bivolt (a lâmpada deverá trabalhar tanto em 127 V quanto em 220 V) - Rosca E27 - Temperatura de cor: 6500K - Vida útil: 25.000 horas - Garantia mínima de 03 anos.	437689	OSRAM / PHILIPS	PÇ	90	



JFESEOF202300340V01



JFESEOF202300340V01



Assinado com senha por RAYVO DA SILVA ALVES ARAUJO - 23/10/2023 às 16:43:20.
Documento Nº: 3901379.34399435-3876 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34399435-3876>

SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.
Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>

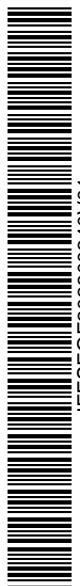
SIGA



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	MARCA REFERÊNCIA	UN.	QTD.
24	Lâmpada LED bulbo - Potência nominal entre 29 watts e 30 watts - Bivolt (a lâmpada deverá trabalhar tanto em 127 V quanto em 220 V) - Rosca E27 - Temperatura de cor: 6500K - Vida útil: 25.000 horas - Garantia mínima de 03 anos.	437688	OSRAM / PHILIPS	PÇ	180
25	Lâmpada LED bivolt "estilo dicroica" encaixe GU10 - Potência mínima 7 watts - Temperatura de cor: 3000K	603066	OSRAM / PHILIPS AVANTI / OUROLUX	PÇ	20
GRUPO DE ITENS 05 - SUBESTAÇÃO					
26	Fusível para transformador de potencial (TP) - Classe de 15KV - Corrente nominal (IN) de 0,5A - Diâmetro de contato de 14 mm - Comprimento total de 160 mm	378712	ELF / MEDIATENSÃO	PÇ	06
27	Base para fusível de transformador de potencial (TP) - Diâmetro de contato de 14 mm - Comprimento total de 160 mm	378712	ELF / MEDIATENSÃO	PÇ	04
GRUPO DE ITENS 06 - SISTEMA FOTOVOLTAICO					
28	(DPS) Dispositivo de protetor contra surto do sistema fotovoltaico - 3 pólos para utilização em módulos fotovoltaicos - Tensão máxima (UT) 1000VCC - Corrente de descarga (Itotal) = 40KA - Corrente de curto circuito = 1000A - Nível de proteção (Up) = 4KV - Tipo II	379824	DHEN / CLAMPER	PÇ	06
29	Fusível para sistema fotovoltaico Tipo gPV (sistema fotovoltaico energia solar) - Formato 10 x 38 mm (Diâmetro X Comprimento) de porcelana - Corrente total 15A - Tensão 1000VDC	442676	NEGRINE / ADLER	PÇ	25
30	Porta fusível para sistema fotovoltaico - Seccionadora monopolar para fusível de 10 x 38 (fusível solar) corrente nominal de 30/32A - Dimensões 1,7 x 7,6 x 5,2 mm - Tensão 1000VDC - Para instalação em trilho Din	428413	METALTEX /ADLER / BRASILTEC	PÇ	12
GRUPO DE ITENS 07 - TOMADAS, INTERRUPTORES, CANALETAS					
31	Canaleta de piso em PVC - Dimensões: largura entre 20 e 25 mm - altura entre 10 e 12 mm - comprimento 2000 mm	371081	HELLERMANN ENERBRAS	PÇ	40
32	Canaleta de piso em PVC com 3 compartimentos - Dimensões: largura entre 50 e 52 mm - altura entre 12 e 20 mm - comprimento 2000 mm	355850	HELLERMANN ENERBRAS	PÇ	120
33	Interruptor bipolar 25A de sobrepor - Sistema X	338444	FAME / ILUMI	PÇ	50
34	Plug prolongador fêmea 2P+T 10A - Padrão ABNT 510 23	395771	FAME / ILUMI	PÇ	30
35	Plug prolongador macho 2P+T 10A - Padrão ABNT 510 21	395770	FAME / ILUMI	PÇ	30
36	Tomada de embutir completa 4x2" - 2P+T 20A/250V - Padrão ABNT - Cor: vermelha	448225	FAME / ILUMI	PÇ	50
37	Tomada de embutir completa 4x2" - 2P+T 20A/250V - Padrão ABNT - Cor: branca	448225	FAME / ILUMI	PÇ	50
38	Tomada de embutir completa 4x2" - 2P+T 10A - Padrão ABNT	337365	FAME / ILUMI	PÇ	50
39	Tomada completa de sobrepor 2P+T de 20A - Padrão ABNT - Sistema X	320292	FAME / ILUMI	PÇ	50
GRUPO DE ITENS 08 - DIVERSOS					
40	Fusível em cerâmica universal para microondas 250V/20A	399900	ELETROLUX	PÇ	30
41	Bateria 9V Alcalina - Dimensões: 47 x 26 x 17 mm (padrão)	237006	RAYOVAC PANASONIC	PÇ	15
42	Pilha comum (tipo seca - alcalina) AA	231790	RAYOVAC PANASONIC	PÇ	100
43	Pilha comum (tipo seca - não alcalina) AA	231786	RAYOVAC PANASONIC	PÇ	200
44	Pilha comum (tipo seca - não alcalina) AAA	231785	RAYOVAC PANASONIC	PÇ	250
ITEM 45 - CAPACITOR					
45	Capacitor AC de poliéster metalizado 45 µF / 250V - Obrigatório possuir dispositivo de segurança de desconexão por sobrepressão - Engate fast-on - Caneca de alumínio - Marca de Referência: TDK/EPCOS - Modelo: B32330-B1456 ou Modelo: B32332-B1456	362377	TDK/EPCOS	PÇ	40



JFESEOF202300340V01



SIGA



Assinado com senha por RAYVO DA SILVA ALVES ARAUJO - 23/10/2023 às 16:43:20.
Documento Nº: 3901379.34399435-3876 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34399435-3876>



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.
Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>

SIGA

Justiça Federal
437
Judiaria do Espírito Santo

384
Justiça Federal
Judiaria do Espírito Santo

PLANIHA DEMONSTRATIVA DE PREÇOS

Ref.: Processo nº JFES-EOF-2023/00340 Aquisição de materiais de consumo diversos (elétricos)

GRUPO DE ITENS 01 - ABRAÇADEIRAS E TERMINAIS					
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Preço Estimado e Máximo Aceitável Unitário	Preço Estimado e Máximo Aceitável Global
1	Abraçadeira em nylon 155 x 3,6 mm - Cor branca	PÇ	1000	R\$ 0,18	R\$ 180,00
2	Abraçadeira em nylon 200 x 2,6 mm - Cor branca	PÇ	1000	R\$ 0,18	R\$ 180,00
3	Abraçadeira em nylon 230 x 4,8 mm - Cor branca	PÇ	1000	R\$ 0,33	R\$ 330,00
4	Abraçadeira em nylon 275 x 4,7 mm - Cor branca	PÇ	1000	R\$ 0,39	R\$ 390,00
5	Abraçadeira em nylon 340 x 4,8 mm - Cor branca	PÇ	1000	R\$ 0,56	R\$ 560,00
6	Terminal tipo garfo pré-isolado em cobre estanhado p/ cabo 2,5 mm ²	PÇ	400	R\$ 0,39	R\$ 156,00
7	Terminal tipo agulha pré-isolado em cobre estanhado p/ cabo 2,5 mm ²	PÇ	400	R\$ 0,36	R\$ 144,00
8	Terminal olhal pré-isolado em cobre estanhado p/ cabo 2,5 mm ²	PÇ	400	R\$ 0,40	R\$ 160,00
9	Terminal olhal pré-isolado em cobre estanhado p/ cabo 10 mm ²	PÇ	400	R\$ 1,16	R\$ 464,00
PREÇO GLOBAL GRUPO DE ITENS 01					R\$ 2.564,00



JFESEOF20230340V01



JFESEOF20230340V01



Assinado digitalmente por EDMA ELINE DE JESUS LOUREIRO - 20/11/2023 às 13:29:09.
Documento Nº: 3901379.34597695-4704 - consulta à autenticidade em <https://sigajfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3901379.34597695-4704>

SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.
Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em <https://sigajfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>

SIGA

Justiça Federal
438
Judiciária do Espírito Santo

385
Justiça Federal
Judiciária do Espírito Santo

GRUPO DE ITENS 02 - TUBOS TERMOCONTRÁTEIS					
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Preço Estimado e Máximo Aceitável Unitário	Preço Estimado e Máximo Aceitável Global
10	Tubo termocontrátil de baixa tensão - Cor: preta - Diâmetro a frio 10 mm	MT	10	R\$ 4,71	R\$ 47,10
11	Tubo termocontrátil de baixa tensão - Cor: preta - Diâmetro a frio 15 mm	MT	10	R\$ 9,99	R\$ 99,90
12	Tubo termocontrátil de baixa tensão - Cor: preta - Diâmetro a frio 20 mm	MT	10	R\$ 11,57	R\$ 115,70
PREÇO GLOBAL GRUPO DE ITENS 02				-	R\$ 262,70



Assinado digitalmente por EDMA ELINE DE JESUS LOUREIRO - 20/11/2023 às 13:29:09.
Documento Nº: 3901379.34597695-4704 - consulta à autenticidade em <https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34597695-4704>

SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.
Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em <https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>



JFESEOF20230340V01



JFESEOF20230340V01

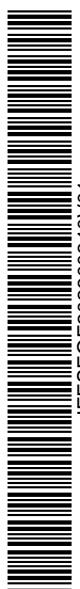
SIGA



GRUPO DE ITENS 03 - CABOS					
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Preço Estimado e Máximo Aceitável Unitário	Preço Estimado e Máximo Aceitável Global
13	Cabo singelo em cobre eletrolítico antichama livre de halogênio sem capa/cobertura - 1,5 mm ² - 750V - branco - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	MT	500	R\$ 1,50	R\$ 750,00
14	Cabo singelo em cobre eletrolítico antichama livre de halogênio sem capa/cobertura - 2,5 mm ² - 750V - preto - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	MT	1000	R\$ 2,26	R\$ 2.260,00
15	Cabo singelo em cobre eletrolítico antichama livre de halogênio sem capa/cobertura - 2,5 mm ² - 750V - azul - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	MT	500	R\$ 2,26	R\$ 1.130,00
16	Cabo singelo em cobre eletrolítico antichama livre de halogênio sem capa/cobertura - 2,5 mm ² - 750V - verde - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	MT	500	R\$ 2,26	R\$ 1.130,00
17	Cabo singelo em cobre eletrolítico antichama livre de halogênio sem capa/cobertura - 4,0 mm ² - 750V - preto - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	MT	500	R\$ 3,57	R\$ 1.785,00
18	Cabo singelo em cobre eletrolítico antichama livre de halogênio sem capa/cobertura - 4,0 mm ² - 750V - azul - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	MT	600	R\$ 3,70	R\$ 2.220,00
19	Cabo singelo em cobre eletrolítico antichama livre de halogênio sem capa/cobertura - 4,0 mm ² - 750V - verde - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	MT	600	R\$ 3,57	R\$ 2.142,00
20	Cabo de cobre eletrolítico tipo PP flexível - 2 x 1,5 mm ² - 0,6/1kv - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	MT	200	R\$ 4,00	R\$ 800,00
21	Cabo de cobre eletrolítico tipo PP flexível - 3 x 2,5 mm ² - 0,6/1kv - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	MT	1900	R\$ 8,90	R\$ 16.910,00
22	Cabo de cobre eletrolítico tipo PP flexível - 3 x 4,0 mm ² - 0,6/1kv - Modelos: ATOX FLEX / CORFITOX / AFUMEX	MT	1200	R\$ 14,00	R\$ 16.800,00
PREÇO GLOBAL GRUPO DE ITENS 03					R\$ 45.927,00



JFESEOF202300340V01



JFESEOF202300340V01



Assinado digitalmente por EDMA ELINE DE JESUS LOUREIRO - 20/11/2023 às 13:29:09.
Documento Nº: 3901379.34597695-4704 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34597695-4704>

SIGA ➔



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.

Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>

SIGA ➔



GRUPO DE ITENS 04 - LÂMPADAS					
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Preço Estimado e Máximo Aceitável Unitário	Preço Estimado e Máximo Aceitável Global
23	Lâmpada LED bulbo - Potência nominal entre 19 watts e 20 watts - Bivolt (a lâmpada deverá trabalhar tanto em 127 V quanto em 220 V) - Rosca E27 - Temperatura de cor: 6500k - Vida útil: 25.000 horas - Garantia mínima de 03 anos.	PÇ	90	R\$ 17,15	R\$ 1.543,50
24	Lâmpada LED bulbo - Potência nominal entre 29 watts e 30 watts - Bivolt (a lâmpada deverá trabalhar tanto em 127 V quanto em 220 V) - Rosca E27 - Temperatura de cor: 6500k - Vida útil: 25.000 horas - Garantia mínima de 03 anos.	PÇ	180	R\$ 20,39	R\$ 3.670,20
25	Lâmpada LED bivolt "estilo dicroica" encaixe GU10 - Potência mínima 7 watts - Temperatura de cor: 3000K	PÇ	20	R\$ 23,64	R\$ 472,80
PREÇO GLOBAL GRUPO DE ITENS 04					R\$ 5.686,50



Assinado digitalmente por EDMA ELINE DE JESUS LOUREIRO - 20/11/2023 às 13:29:09.
Documento Nº: 3901379.34597695-4704 - consulta à autenticidade em <https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34597695-4704>

SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.
Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em <https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>

SIGA



GRUPO DE ITENS 05 - SUBESTAÇÃO					
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Preço Estimado e Máximo Aceitável Unitário	Preço Estimado e Máximo Aceitável Global
26	Fusível para transformador de potencial (TP) - Classe de 15KV - Corrente nominal (IN) de 0,5A - Diâmetro de contato de 14 mm - Comprimento total de 160 mm	PÇ	6	R\$ 49,58	R\$ 297,48
27	Base para fusível de transformador de potencial (TP) - Diâmetro de contato de 14 mm - Comprimento total de 160 mm	PÇ	4	R\$ 59,24	R\$ 236,96
PREÇO GLOBAL GRUPO DE ITENS 05					R\$ 534,44



JFESEOF20230340V01



JFESEOF20230340V01



Assinado digitalmente por EDMA ELINE DE JESUS LOUREIRO - 20/11/2023 às 13:29:09.
Documento Nº: 3901379.34597695-4704 - consulta à autenticidade em <https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34597695-4704>

SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.
Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em <https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>

SIGA



GRUPO DE ITENS 06 - SISTEMA FOTOVOLTAICO					
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Preço Estimado e Máximo Aceitável Unitário	Preço Estimado e Máximo Aceitável Global
28	(DPS) Dispositivo de protetor contra surto do sistema fotovoltaico - 3 pólos para utilização em módulos fotovoltaicos - Tensão máxima (UT) 1000VCC - Corrente de descarga (Itotal) = 40KA - Corrente de curto circuito = 1000A - Nível de proteção (Up) = 4KV - Tipo II	PÇ	6	R\$ 176,00	R\$ 1.056,00
29	Fusível para sistema fotovoltaico Tipo gPV (sistema fotovoltaico energia solar) - Formato 10 x 38 mm (Diâmetro X Comprimento) de porcelana - Corrente total 15A - Tensão 1000VDC	PÇ	25	R\$ 15,92	R\$ 398,00
30	Porta fusível para sistema fotovoltaico - Seccionadora monopolar para fusível de 10 x 38 (fusível solar) corrente nominal de 30/32A - Dimensões 1,7 x 7,6 x 5,2 mm - Tensão 1000VDC - Para instalação em trilho Din	PÇ	12	R\$ 52,50	R\$ 630,00
PREÇO GLOBAL GRUPO DE ITENS 06					R\$ 2.084,00



JFESEOF20230340V01



JFESEOF20230340V01



Assinado digitalmente por EDMA ELINE DE JESUS LOUREIRO - 20/11/2023 às 13:29:09.
Documento Nº: 3901379.34597695-4704 - consulta à autenticidade em <https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34597695-4704>

SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.
Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em <https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>

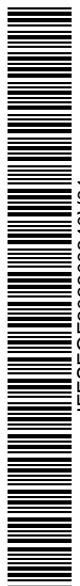
SIGA



GRUPO DE ITENS 07 - TOMADAS, INTERRUPTORES, CANALETAS					
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Preço Estimado e Máximo Aceitável Unitário	Preço Estimado e Máximo Aceitável Global
31	Canaleta de piso em PVC - Dimensões: largura entre 20 e 25 mm - altura entre 10 e 12 mm - comprimento 2000 mm	PÇ	40	R\$ 26,40	R\$ 1.056,00
32	Canaleta de piso em PVC com 3 compartimentos - Dimensões: largura entre 50 e 52 mm - altura entre 12 e 20 mm - comprimento 2000 mm	PÇ	120	R\$ 54,33	R\$ 6.519,60
33	Interruptor bipolar 25A de sobrepor - Sistema X	PÇ	50	R\$ 33,90	R\$ 1.695,00
34	Plug prolongador fêmea 2P+T 10A - Padrão ABNT 510 23	PÇ	30	R\$ 5,02	R\$ 150,60
35	Plug prolongador macho 2P+T 10A - Padrão ABNT 510 21	PÇ	30	R\$ 5,00	R\$ 150,00
36	Tomada de embutir completa 4x2" - 2P+T 20A/250V - Padrão ABNT - Cor: vermelha	PÇ	50	R\$ 11,25	R\$ 562,50
37	Tomada de embutir completa 4x2" - 2P+T 20A/250V - Padrão ABNT - Cor: branca	PÇ	50	R\$ 11,25	R\$ 562,50
38	Tomada de embutir completa 4x2" - 2P+T 10A - Padrão ABNT	PÇ	50	R\$ 9,60	R\$ 480,00
39	Tomada completa de sobrepor 2P+T de 20A - Padrão ABNT - Sistema X	PÇ	50	R\$ 9,58	R\$ 479,00
PREÇO GLOBAL GRUPO DE ITENS 07					R\$ 11.655,20



JFESEOF202300340V01



JFESEOF202300340V01



Assinado digitalmente por EDMA ELINE DE JESUS LOUREIRO - 20/11/2023 às 13:29:09.
Documento Nº: 3901379.34597695-4704 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34597695-4704>

SIGA ➔



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.
Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em
<https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>

SIGA ➔



GRUPO DE ITENS 08 - DIVERSOS					
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Preço Estimado e Máximo Aceitável Unitário	Preço Estimado e Máximo Aceitável Global
40	Fusível em cerâmica universal para microondas 250V/20A	PÇ	30	R\$ 4,20	R\$ 126,00
41	Bateria 9V Alcalina - Dimensões: 47 x 26 x 17 mm (padrão)	PÇ	15	R\$ 15,94	R\$ 239,10
42	Pilha comum (tipo seca - alcalina) AA	PÇ	100	R\$ 4,46	R\$ 446,00
43	Pilha comum (tipo seca - não alcalina) AA	PÇ	200	R\$ 2,47	R\$ 494,00
44	Pilha comum (tipo seca - não alcalina) AAA	PÇ	250	R\$ 2,19	R\$ 547,50
PREÇO GLOBAL GRUPO DE ITENS 08					R\$ 1.852,60



JFESEOF202300340V01



JFESEOF202300340V01



Assinado digitalmente por EDMA ELINE DE JESUS LOUREIRO - 20/11/2023 às 13:29:09.
Documento Nº: 3901379.34597695-4704 - consulta à autenticidade em <https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34597695-4704>

SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.
Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em <https://sigae.jfrj.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>

SIGA



ITEM 45 - CAPACITOR					
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Preço Estimado e Máximo Aceitável Unitário	Preço Estimado e Máximo Aceitável Global
45	Capacitor AC de poliéster metalizado 45 µF / 250V - Obrigatório possuir dispositivo de segurança de desconexão por sobrepressão - Engate fast-on - Caneca de alumínio - Marca de Referência: TDK/EPCOS - Modelo: B32330-B1456 ou Modelo: B32332-B1456	PÇ	40	R\$ 60,00	R\$ 2.400,00
PREÇO GLOBAL ITEM 45					R\$ 2.400,00
PREÇO ESTIMADO E MÁXIMO ACEITÁVEL GLOBAL (somatório itens 01 a 45):					R\$ 72.966,44

Vitória, 17 de novembro de 2023.
Edma Eline de Jesus Loureiro
Núcleo de Contratações



Assinado digitalmente por EDMA ELINE DE JESUS LOUREIRO - 20/11/2023 às 13:29:09.
Documento Nº: 3901379.34597695-4704 - consulta à autenticidade em <https://sigajfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3901379.34597695-4704>

SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:38:34 e JULIANA SILVA PRADO LUCHI - 22/11/2023 às 19:39:10.
Documento Nº: 3901379.34623254-6075 - consulta à autenticidade em <https://sigajfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3901379.34623254-6075>

SIGA